

# CADERNO DE PROPOSTAS

## SANTA CATARINA

# 5<sup>a</sup>

## CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

**EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**  
O DESAFIO DA TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA



# **CADERNO DE PROPOSTAS**

---

SANTA CATARINA

## APRESENTAÇÃO

Desde a década de 1930, as conferências nacionais buscam estabelecer agendas comuns entre o Estado e a sociedade, e têm resultado em impactos relevantes nas políticas públicas federais. Por meio das conferências nacionais, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) tem ampliado a discussão acerca da formulação e implementação de políticas para o desenvolvimento sustentável, priorizando temas relevantes para o conhecimento e a discussão com a sociedade, que refletem o amadurecimento da política ambiental brasileira.

Neste contexto, a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA) tem como tema central “Emergência climática: o desafio da transformação ecológica”. Para abordar essa questão de maneira abrangente, foram escolhidos cinco eixos para organizar as propostas da sociedade brasileira: Mitigação, Adaptação e Preparação para Desastres, Transformação Ecológica, Justiça Climática, e Governança e Educação Ambiental.

A CNMA é instrumento de realização da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) e visa fortalecer as políticas nacionais e o Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, por meio da democratização do processo de construção da política pública, da ampla mobilização social e do debate inclusivo.

Além de subsidiar a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o processo de ampla participação social e debates da 5ª CNMA também apresenta como objetivos específicos: contribuir para o conhecimento e difusão sobre emergência climática e a agenda política correlata; consolidar preferências da sociedade em uma agenda de mitigação coerente com o objetivo global de limitar o aumento da temperatura a 1,5°C; contribuir para que medidas de adaptação sejam adotadas pelos municípios; incentivar a ampla participação de populações e de territórios em situação de vulnerabilidade climática nos diálogos sobre as medidas de adaptação às alterações climáticas; e promover a Transformação Ecológica no Brasil.

A primeira etapa deste processo foi a realização das conferências livres, municipais e intermunicipais. A segunda etapa é a realização das conferências

estaduais e distrital. Por fim, o processo culmina na etapa nacional, em Brasília, com a realização da 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente.

As conferências municipais, intermunicipais e livres ocorreram entre 11 de junho de 2024 e 26 de janeiro de 2025 e tiveram como objetivo incentivar a ampla participação da população na construção de propostas para enfrentar os desafios climáticos, além de eleger delegados e delegadas que representarão os municípios na etapa estadual. O cadastro das propostas oriundas das conferências municipais, intermunicipais e livres foi feito na Plataforma Brasil Participativo e, seguindo o calendário, foram consideradas as propostas cadastradas até 02 de fevereiro de 2025.

Este caderno apresenta as propostas oriundas das conferências municipais e intermunicipais do estado de Santa Catarina (SC).

## SOBRE O PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO

A sistematização das propostas da etapa municipal, intermunicipal e livre da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente foi realizada por etapas. Uma base de dados tabulada foi criada, compilando todas as propostas submetidas na Plataforma Brasil Participativo ([gov.br/cnma](http://gov.br/cnma)). Neste processo, a equipe conferiu todas as propostas, suas vinculações com as conferências/eventos cadastrados, eixos temáticos e seus municípios de origem. A compilação dos dados manteve a fidelidade ao texto e o Eixo Temático indicado na Plataforma, respeitando o processo participativo das Conferências. Além disso, não foram excluídas as propostas que excederam o limite estipulado para as conferências municipais e intermunicipais (até 10 propostas por conferência), todas foram lidas, aglutinadas e estão apresentadas neste caderno.

Após essa primeira etapa, separaram-se as propostas por Unidades da Federação (UF), seguindo a divisão dos 5 Eixos Temáticos, e preenchidos diretamente pelas pessoas: (i) Mitigação; (ii) Adaptação e Preparação para desastres; (iii) Justiça Climática; (iv) Transformação Ecológica; e (v) Governança e Educação Ambiental. As propostas não tiveram seus eixos alterados.

Em algumas situações, as pessoas proponentes escreveram duas sugestões dentro de um mesmo campo da submissão. Neste caso, onde explicitamente foram feitas duas propostas, por exemplo, com enumeração delas, a proposta foi dividida e apresentada como duas inserções distintas, mantendo-se o código, mas com textos separados. Para realizar essa divisão foram considerados os seguintes critérios: se a Conferência só possuía uma proposta daquele eixo; se a proposta estava dividida por ponto e vírgula; se ela apresentava duas partes numeradas de forma diferente.

A partir deste tratamento de dados, foi realizada a etapa de aglutinação, que consiste em unir propostas semelhantes em uma única proposta, identificando os códigos das propostas originais.

*Para garantir que toda contribuição do processo participativo da Conferência fosse contemplada, todo esforço foi feito para manter a integridade das propostas originais.*

A identificação da proposta é formada pelo tipo de conferência seguida do número da proposta na plataforma. Ou seja, os códigos de identificação consistem no número original da proposta na plataforma, precedido por:

- CM para conferências municipais;
- CI para conferências intermunicipais;
- CL para conferências livres.

Apenas nos casos em que a redação apresentada nas propostas poderia ser vista como mensagem de conteúdo discriminatório, ou fortalecendo intolerância e discurso de ódio, ou ferisse o princípio da impessoalidade, a redação foi ajustada para se tornar compatível com o respeito aos processos democráticos e plurais.

## DADOS GERAIS

O estado de Santa Catarina está localizado na região Sul e possui uma população de 7.610.361 habitantes (IBGE, 2022), distribuídos em 295 municípios. O bioma predominante no estado é o de Mata Atlântica.

A etapa de Conferências Municipais e Intermunicipais no estado contou com a participação de 185 municípios, que elaboraram um total de 170 propostas. As propostas foram originadas de 2 conferências municipais e 13 conferências intermunicipais. As conferências livres realizadas no âmbito deste estado seguirão diretamente para a Conferência Nacional, visto que a Conferência Estadual de Santa Catarina não acolhe propostas oriundas das conferências livres para discussão no evento.

As 170 propostas recebidas foram lidas e quando apresentaram convergência com outra proposta do mesmo eixo, foram aglutinadas e os códigos originais são apresentados ao lado da proposta. Os municípios que participaram do processo constam nominalmente na Tabela 1.

Tabela 1. Lista dos municípios envolvidos nos processos de discussão da Conferência Nacional do Meio Ambiente no estado de Santa Catarina em suas diferentes naturezas de eventos.

Abelardo Luz	Cunhataí	Leoberto Leal	Rio Negrinho
Agrolândia	Descanso	Lindóia do Sul	Riqueza
Agronômica	Dionísio Cerqueira	Lontras	Rodeio
Águas Mornas	Dona Emma	Luiz Alves	Romelândia
Alfredo Wagner	Doutor Pedrinho	Mafra	Salete
Alto Bela Vista	Entre Rios	Major Gercino	Saltinho
Anchieta	Ermo	Major Vieira	Santa Helena
Angelina	Faxinal dos Guedes	Maravilha	Santa Rosa do Sul
Anitápolis	Flor do Sertão	Marema	Santa Terezinha
Antônio Carlos	Florianópolis	Massaranduba	Santa Terezinha do Progresso
Apiúna	Galvão	Mirim Doce	Santo Amaro da Imperatriz
Arabutã	Garopaba	Modelo	São Bento do Sul
Araquari	Garuva	Mondaí	São Bernardino
Araranguá	Gaspar	Monte Castelo	São Bonifácio
Ascurra	Governador Celso Ramos	Morro Grande	São Domingos

Atalanta	Guabiruba	Navegantes	São Francisco do Sul
Aurora	Guaraciaba	Nova Trento	São João Batista
Balneário Arroio do Silva	Guaramirim	Novo Horizonte	São João do Itaperiú
Balneário Barra do Sul	Guarujá do Sul	Ouro Verde	São João do Oeste
Balneário Camboriú	Ibirama	Palhoça	São João do Sul
Balneário Piçarras	Ilhota	Palma Sola	São José
Bandeirante	Imbituba	Palmitos	São José do Cedro
Barra Bonita	Imbuia	Papanduva	São Lourenço do Oeste
Barra Velha	Indaial	Paraíso	São Miguel da Boa Vista
Bela Vista do Toldo	Ipira	Passo de Torres	São Miguel do Oeste
Belmonte	Iporã do Oeste	Passos Maia	São Pedro de Alcântara
Benedito Novo	Ipuacu	Paulo Lopes	Saudades
Biguaçu	Ipumirim	Penha	Schroeder
Blumenau	Iraceminha	Peritiba	Seara
Bom Jesus	Irani	Petrolândia	Sombrio
Bom Jesus do Oeste	Irati	Piratuba	Taió
Bombinhas	Irineópolis	Pomerode	Tigrinhos
Botuverá	Itá	Ponte Serrada	Tijucas
Braço do Trombudo	Itaiópolis	Porto Belo	Timbó
Brusque	Itajaí	Porto União	Três Barras
Caibi	Itapema	Pouso Redondo	Trombudo Central
Camboriú	Itapiranga	Praia Grande	Tunápolis
Campo Alegre	Itapoá	Presidente Castello Branco	Vargeão
Campo Erê	Ituporanga	Presidente Getúlio	Vidal Ramos
Canelinha	Jaborá	Presidente Nereu	Vitor Meireles
Canoinhas	Jacinto Machado	Princesa	Witmarsum
Chapadão do Lageado	Jaraguá do Sul	Quilombo	Xanxerê
Concórdia	Joinville	Rancho Queimado	Xavantina
Coronel Martins	José Boiteux	Rio do Campo	Xaxim
Corupá	Jupia	Rio do Oeste	
Criciúma	Lajeado Grande	Rio do Sul	
Cunha Porã	Laurentino	Rio dos Cedros	



A Figura 1 apresenta a distribuição espacial dos municípios participantes do estado de Santa Catarina.

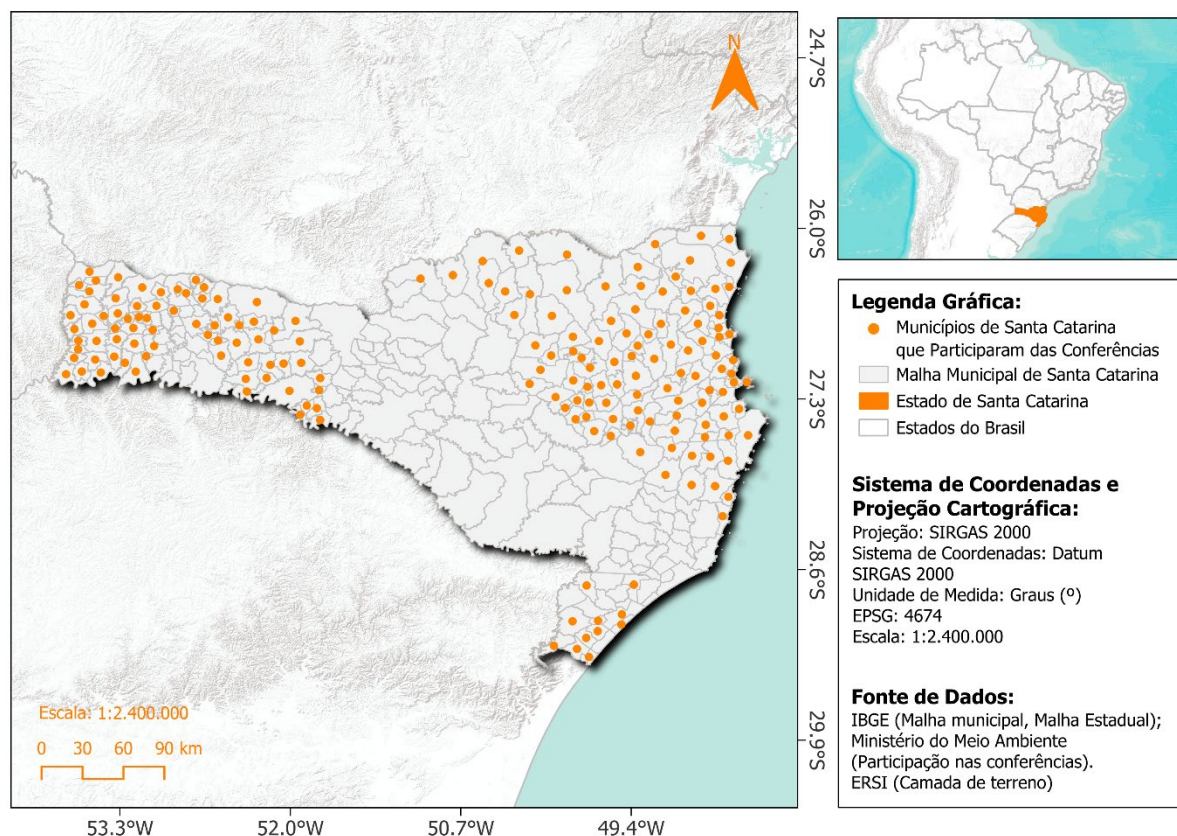


Figura 1. Mapa com a distribuição espacial dos municípios envolvidos nos processos de discussão da Conferência Nacional do Meio Ambiente no estado de Santa Catarina, em suas diferentes naturezas de eventos.

As Conferências Municipais enviaram 29 propostas e as Intermunicipais um total de 141 propostas, assim distribuídas:

- Eixo 1- Mitigação: 33 propostas
- Eixo 2 - Adaptação e Preparação para Desastres: 35 propostas
- Eixo 3 - Justiça Climática: 33 propostas
- Eixo 4 - Transformação Ecológica: 32 propostas
- Eixo 5 - Governança e Educação Ambiental: 37 propostas

A distribuição das propostas por eixo temático e por tipo de conferência se encontra na Figura 2 abaixo.

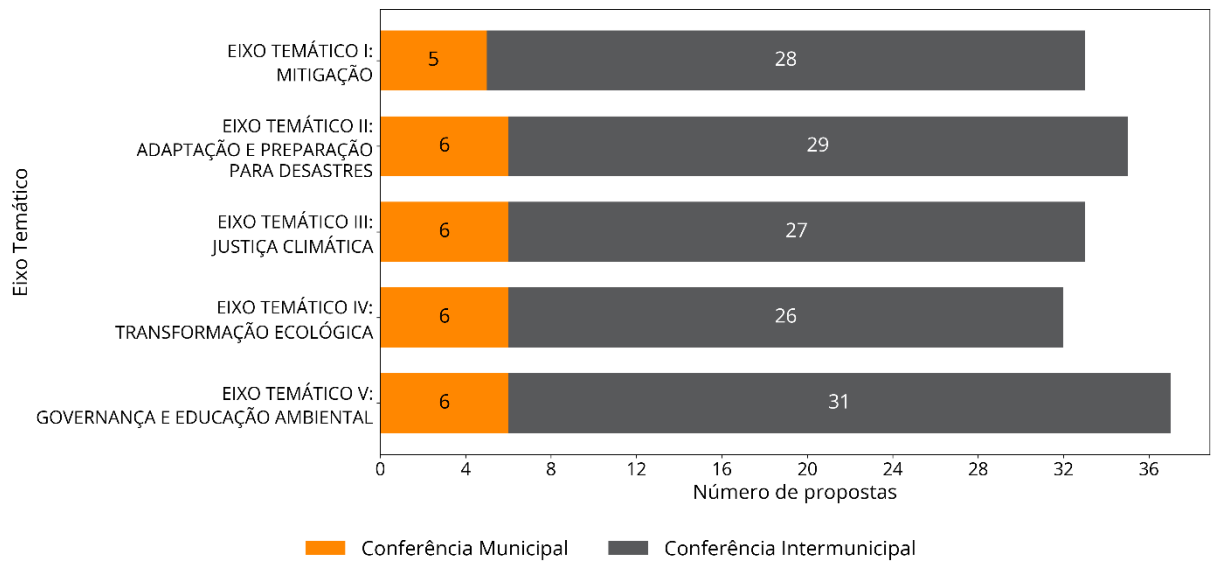


Figura 2. Distribuição das propostas por eixo temático e por tipo de conferência.

# PROPOSTAS

## EIXO TEMÁTICO I: MITIGAÇÃO

Proposta	Código
Oferecer créditos com juros baixos para práticas sustentáveis (agroflorestas, compostagem, plantio direto), assistência técnica, e incentivos para agricultura de baixo carbono, biofertilizantes e pesquisas regionalizadas.	CI27999; CI28002; CI30755; CI31329; CI27981; CI28139
Implementar políticas de economia circular com a gestão integrada de resíduos, apoiando a realização de coleta seletiva, compostagem, reciclagem e produção de energia a partir de resíduos, com integração entre governos, instituições de ensino e sociedade e isenção de impostos para a cadeia da reciclagem.	CI36178; CI37684; CI28140; CI31328; CI40787
Criar fundo para implementação e manutenção de PSA, ICMS ecológico e dedução de impostos e incentivos para iniciativas de conservação de vegetação nativa - RPPN, RL, APPs e remanescentes de vegetação, incluindo áreas de mata atlântica em estágio primário e secundário de regeneração - garantindo renda aos proprietários rurais que mantém essas áreas.	CI27460; CI22171; CI28066
Promover o plantio de 200.000 árvores nativas georreferenciadas e valorizar espécies nativas na arborização e no paisagismo em áreas públicas, com conscientização sobre os riscos de espécies exóticas invasoras.	CI27461; CI27586; CI27587
Desenvolver planos intermunicipais de planejamento sustentável, com foco em mitigação de impactos ambientais, recuperação de áreas verdes, mobilidade urbana e drenagem pluvial a partir de soluções baseadas na natureza.	CI28575; CI27979; CI36174

Promover transporte público de baixa emissão, tarifa zero e modais diversificados até 2031, além de incentivar o uso de combustíveis renováveis.	CM33245; CI28574; CI37685
Fortalecer a gestão e fiscalização de APPs e Unidades de Conservação, com foco em áreas de alto potencial de sequestro de carbono e recuperação de áreas degradadas.	CM33244; CM30334; CM32280
Incentivar construções sustentáveis com redução do uso de concreto e implementar IPTU Verde para propriedades que adotem medidas socioambientais.	CI28065; CM30336
Reduzir emissões de gases do efeito estufa através de logística reversa, tratamento de resíduos, educação ambiental e implantação de parques ambientais.	CI38811; CI22170
Fiscalizar desmatamento ilegal com tecnologias de monitoramento, aplicar punições e incentivar sistemas agroflorestais e silvicultura.	CI38810
Revogar a lei que prorroga a exploração de carvão no estado de Santa Catarina (lei nº 712/2019), proibindo a abertura de novas minas de carvão a partir de 2030.	CI40788
Esse código não apresentou proposta	CI36316



## EIXO TEMÁTICO II: ADAPTAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES

Proposta	Código
Implementar programas de capacitação e educação ambiental, com foco na formação de líderes comunitários, equipes regionais de gerenciamento de riscos, e inclusão da temática de mudanças climáticas na grade curricular, além de promover treinamentos regulares e simulados para preparação e resposta a desastres.	CM33246; CM33247; CI27593; CI30763; CI31331; CI30760; CI31330; CI36319; CI38813; CI28141
Criar e implementar planos regionais integrados de adaptação e mitigação climática, com foco em gestão de riscos, ordenamento territorial e soluções baseadas na natureza, além de estabelecer condicionantes para acesso a recursos financeiros, garantindo a elaboração de planos participativos e a atualização de planos diretores.	CI28142; CI37686; CI28577; CI28067; CI27982
Fortalecer a governança climática integrando planos setoriais em leis. Incluir na Lei de Uso e Ocupação do Solo a obrigatoriedade de mapeamento de áreas de risco e elaboração de Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRR). Realizar estudos para avaliar e monitorar áreas de risco, proibindo a ocupação humana nessas localidades e viabilizar a realocação das populações ali residentes para condições adequadas.	CI36177; CI27462; CI40792
Ampliar e fortalecer os sistemas de alerta e monitoramento hidrometeorológico, com investimento em estudos, tecnologia, instalação e manutenção das estações e comunicação integrada para prevenção e resposta a desastres, garantindo a disponibilidade de dados em nível nacional.	CI28068; CI37687; CI27463; CI40789

Desenvolver infraestruturas resilientes e sustentáveis, incluindo sistemas de diques naturais e parques ambientais para contenção de cheias, com planejamento e manutenção contínua.	CI38826; CI36321; CI22173
Estabelecer leis que garantam a estruturação e integração das áreas de Proteção e Defesa Civil (PDC) e meio ambiente, com foco em educação ambiental e climática para a população e agentes públicos.	CI28576
Tornar obrigatório o uso de sistemas sanitários com 95% de eficiência de purificação em áreas sensíveis de alto lençol freático.	CM30339; CM32283
Implementar soluções baseadas na natureza, como renaturalização de áreas urbanas e cursos d'água, com foco em arborização urbana e jardins drenantes para prevenção de eventos extremos.	CI36175
Promover a transição para sistemas agroecológicos e agricultura conservacionista, com investimento em tecnologias de contenção de água no solo e práticas sustentáveis, especialmente em áreas críticas para a captação de água.	CI27591; CI27590; CM30338; CM32282
Promover o melhor aproveitamento da água utilizada na irrigação da rizicultura, garantindo seu tratamento antes de retornar aos rios, além de proibir a extração de seixo rolado em áreas de cânions e Áreas de Preservação Permanente (APP).	CI40790
Realizar o levantamento social e ambiental ao longo das comunidades rurais e urbanas, a fim de atender a demanda hídrica local e balizar o poder público, para que assim seja possível angariar e destinar recurso a fim de suprir a demanda e prevenir crises hídricas.	CI22172

### EIXO TEMÁTICO III: JUSTIÇA CLIMÁTICA

Proposta	Código
Obrigar propriedades rurais que utilizam agrotóxicos, a implementarem “barreiras verdes”, com plantio de árvores para evitar a deriva e contaminação de outras áreas, além de manter uma cobertura verde em solos expostos, e o implemento de terraceamento e plantio direto.	CI38831; CI36323
Promover ampliação da capacidade técnica de análise e fiscalização junto aos órgãos municipais, estaduais e federais, para garantir a aplicação das leis referentes a reserva legal, recuperação de APPs, implantação de cisternas, entre outros, bem como, as devidas e necessárias regulamentações das áreas urbanas. Considerando que as leis já existem, mas, em sua maioria, não são cobradas na prática.	CI27599; CI27603
Criar Unidades de Conservação Municipais, tendo como exemplos as Reservas Extrativistas (RESEX), e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), contemplando: <ul style="list-style-type: none"><li>· povos e comunidades tradicionais;</li><li>· áreas com espécies ameaçadas de flora e fauna;</li><li>· ambientes de restinga e áreas marinhas.</li></ul>	CM30344; CM32284
Garantir que os instrumentos de Planejamento Territorial considerem: as comunidades Tradicionais; áreas de plantio itinerante; caminhos tradicionais; áreas de pesca artesanal no	CM30346; CM32285



mar e nas lagoas (ex. Plano Diretor, Plano de Saneamento, Plano da Mata Atlântica, Lei Orgânica).	
Garantir que os recursos para ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas sejam fornecidos mediante a comprovação da participação popular. Justificativa: populações vulneráveis geralmente têm menos recursos financeiros para investir em moradias seguras e em infraestrutura que possa mitigar os efeitos de desastres ambientais.	CI31334; CI30772
Estabelecer que todos os municípios tenham um plano diretor, independentemente do número de habitantes, incluindo um estudo detalhado das áreas de risco. O plano deve proibir a construção de moradias e empresas nessas regiões, além de prever a realocação segura dos moradores para áreas com infraestrutura básica adequada.	CI38828; CI36322
Garantir a existência, o funcionamento, e a paridade de conselhos municipais de meio ambiente. Justificativa: ampliar a representação de pessoas historicamente marginalizadas em processos decisórios políticos, de planejamento urbano e de controle ambiental, visando o estabelecimento de critérios de controle e fiscalização adequados à gestão ambiental de impacto local.	CI30771; CI31333
Exigir que grandes empresas com potencial poluidor, especialmente do ar e da água, realizem ações sociais voltadas ao município impactado. Essas ações podem incluir aportes financeiros a fundos municipais, para que, em parceria com o poder público, sejam definidas e executadas medidas prioritárias, como amortecimento em drenagens urbanas, contenção de encostas e outras demandas da localidade.	CI27597; CI27601
Implementar os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, em especial, o da cobrança pelo uso da água, a fim de fomentar projetos de saneamento básico em municípios da	CI36181

<p>bacia hidrográfica, conforme grau de vulnerabilidade social identificada pelo poder público, compartilhando a responsabilidade socioambiental.</p>	
<p>Implementar sistema de incentivo à reciclagem, permitindo que a comunidade troque materiais recicláveis por créditos verdes, utilizáveis na aquisição de produtos agroecológicos locais. O programa estimulará práticas sustentáveis, fortalecerá recicladores e agricultores agroecológicos, promovendo economia circular, redução do impacto ambiental, e integração entre reciclagem e agricultura sustentável.</p>	<p>CI28072</p>
<p>Aumentar os investimentos em ações climáticas, priorizando as populações mais vulneráveis, e intensificar a implementação do código florestal e regularização fundiária, gerando soluções que integrem as dimensões ambiental, econômica e social no Bioma Mata Atlântica.</p>	<p>CI28144</p>
<p>Implementar medidas obrigatórias de descarbonização em empreendimentos, priorizando comunidades locais afetadas, com uso de energias renováveis, reflorestamento e eficiência energética. Penalidades serão aplicadas por descumprimentos, e incentivos fiscais só serão concedidos após superação de metas. Recursos arrecadados financiarão projetos de inclusão social e sustentabilidade nas comunidades.</p>	<p>CI28071</p>
<p>Incentivar, de forma econômica, cultural e socioambiental, as comunidades vulneráveis, favorecendo o uso sustentável dos recursos, através de pagamentos por serviços socioambientais, e produção alimentar comunitária, como sistemas agroecológicos, centros tecnológicos, e de educação socioambiental.</p>	<p>CM33248</p>
<p>Apresentar planos de ação para as vulnerabilidades socioambientais dos municípios, quando da declaração de emergência e/ou calamidade pública, por meio de metas e</p>	<p>CI37689</p>

diretrizes de adaptação e mitigação em relação aos impactos climáticos, tendo como objetivo o acesso a novos recursos públicos.	
Fortalecer o trabalho da defesa civil, por meio da reestruturação do órgão, criando carreiras de estado, contemplando áreas como engenharia civil e assistência social, por exemplo. Dessa forma, a defesa civil poderia realizar programas de capacitação junto às comunidades, por meio de treinamentos e trabalhos preventivos.	CI27465
Criar e indexar índices de qualidade climática e de educação ambiental municipais, como ferramentas estratégicas para acessar recursos financeiros. Esses indicadores avaliariam impactos ambientais, ações educativas e políticas locais, facilitando a captação de fundos nacionais e internacionais.	CI28006
Implantar políticas públicas climáticas que levem em conta as desigualdades socioeconômicas e regionais, integradas com educação ambiental e desenvolvimento econômico, e de acesso aos fundos de recursos públicos, em um esforço coordenado entre poder público, sociedade civil e setor privado para a garantia da justiça climática, Bioma Mata Atlântica.	CI28143
Implementar políticas públicas ecologicamente equilibradas, socialmente justas e integradas entre os municípios, empresas, sociedade civil organizada, efetivando a agricultura de transição, com base nos princípios da agroecologia nos sistemas alimentares até 2030.	CI28578
Elaborar um cadastro estadual de áreas passíveis de regularização fundiária, e disponíveis para implantação de conjuntos habitacionais.	CI27464
Implementar e fortalecer as Unidades de Conservação como espaços de gestão pública voltados à promoção da saúde	CI28579

<p>integral, educação socioambiental e engajamento comunitário, garantindo a visitação de todas as turmas da educação básica, incentivando a conexão com a natureza e a conscientização sobre a importância da restauração, preservação e conservação dos ecossistemas.</p>	
<p>Fornecer estrutura e planejamento para áreas ocupadas por populações vulneráveis, investindo no plantio de árvores, mitigação de riscos, e infraestrutura pública resiliente.</p>	CM33249
<p>Converter as áreas de alto risco que estão ocupadas, em espaços públicos não edificáveis, utilizando recursos da cota social fomentados por novos empreendimentos, para viabilizar a realocação de pessoas em situação de vulnerabilidade. Como contrapartida, o poder público deve fornecer dados sobre os riscos e, por meio do plano diretor, indicar locais seguros e adequados para urbanização.</p>	CI36184
<p>Fomentar o vínculo territorial e cultural por meio do fortalecimento da participação social, com enfoque na juventude, nos conselhos municipais, nas associações de povos e comunidades tradicionais, sub-representadas regionalmente, e ainda nas comunidades locais em situação de vulnerabilidade social.</p>	CI37688
<p>Estabelecer a obrigatoriedade de realização de audiências públicas antes da instalação de qualquer empreendimento que possa comprometer o desenvolvimento e a preservação da Mata Atlântica e da Zona Costeira, biomas predominantes em Santa Catarina. Caso seja autorizado, devem ser definidas e implementadas medidas compensatórias proporcionais aos danos causados.</p>	CI40794
<p>Desenvolver um plano para comprometer os municípios da bacia do rio Araranguá e dos afluentes catarinenses do Mampituba responsabilizando-os nos custos associados aos</p>	CI40793

passivos ambientais acumulados em ambas as fozes das bacias.	
--	--

## EIXO TEMÁTICO IV: TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

Proposta	Código
Elaborar estudos técnicos para viabilizar a implantação de usinas eólicas em locais potenciais, incentivar a transição energética com políticas fiscais para fontes renováveis e fomentar a economia circular por meio da logística reversa de resíduos industriais, garantindo um processo democrático e sustentável.	CI22174; CI30917; CI31337
Estabelecer políticas de incentivos fiscais para promover a transformação ecológica, estimulando a economia de baixo carbono e reduzindo a emissão de gases de efeito estufa por meio de práticas sustentáveis nos setores produtivos e de infraestrutura.	CM33250; CI36324
Implementar o pagamento por serviços ambientais em Santa Catarina, abrangendo todos os serviços ecossistêmicos identificados e mapeados, com foco na preservação das florestas e na garantia da segurança hídrica, visando à mitigação de emergências climáticas	CI40796
Implementar políticas públicas até 2030 para a transição da matriz energética dos transportes individuais, coletivos e de carga, promovendo a integração de modais sustentáveis, como ciclovias e BRT, com incentivo ao transporte coletivo, visando	CI37691; CI38833

reduzir em pelo menos 30% a emissão de gases de efeito estufa e garantir inclusão social por meio da tarifa zero.	
Fomentar a criação de políticas públicas para a destinação adequada de dejetos e carcaças de animais em âmbito regional, promovendo o uso de biodigestores para o aproveitamento energético e a produção de matéria orgânica, reduzindo a destinação incorreta desses resíduos e incentivando a sua utilização na adubação.	CI27594; CI27595
Criar editais e fundos climáticos ambientais para financiar programas e projetos de interesse público voltados à equidade socioambiental, garantindo a implementação de ações para prevenir, mitigar, recuperar e compensar impactos das mudanças climáticas em comunidades vulneráveis e áreas afetadas.	CM30350; CM32287; CI28580
Promover uma gestão integrada de resíduos sólidos entre municípios da região e os seus principais atores como sociedade civil, cooperativas e associações, poder público e privado orientado pela economia circular voltada para gerar mais controle e inovação em toda a cadeia produtiva, desde a geração até o reaproveitamento ou descarte final e sua integração em ativos novamente.	CI27466
Fomentar conexões intermunicipais para a realização de ações mais integradas para solucionar as questões em comum, como transporte urbano, tratamento de efluentes, logística reversa, consumo consciente e coleta de lixo, através de fóruns, seminários e articulações regionais que possibilitem as políticas públicas.	CI36180
Instituir uma Política Nacional do Planejamento Urbano, com foco na proteção e alocação de recursos financeiros e de infraestrutura, em parceria com entes federativos e o setor privado, priorizando o atendimento às populações mais	CI28069

vulneráveis, como comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhas.	
Promover incentivos fiscais e subsídios financeiros para pesquisa e desenvolvimento para toda a cadeia produtiva que adota a economia circular e conscientização de toda comunidade.	CI27467
Acelerar a homologação de territórios indígenas e quilombolas para garantir a proteção efetiva dos povos e comunidades tradicionais, fortalecendo órgãos como a FUNAI, IBAMA e secretarias estaduais e municipais, assegurando a preservação ambiental e os direitos dessas comunidades.	CI28070
Elaborar e disponibilizar uma plataforma das prefeituras que informem as áreas que têm mais necessidade de reflorestamento para facilitar aos interessados ou empresas que têm essa obrigação – captura de carbono, ampliação da floresta, conectividade entre espaços florestais, visando o mercado de carbono e as indústrias que vão precisar reflorestar e nas áreas irregulares e de risco.	CI36173
Criar o Fundo Municipal, Estadual e Nacional do Meio Ambiente e Justiça Climática, com financiamento de ações como projetos de educação socioambiental, cooperativas de gestão de resíduos por meio da implementação de Plano Municipal de Resíduos alinhada à política da economia solidária, garantia de renda mínima para trabalhadores e afetados pelos impactos causados por emergências climáticas.	CI28581
Aperfeiçoar instrumentos econômicos e fiscais para incentivar a adoção de tecnologias sustentáveis e economia solidária no meio rural e urbano, promovendo incentivos para moradias	CI31336; CM33251; CI28145

sustentáveis e fortalecendo a gestão, fiscalização e regeneração de áreas verdes, Unidades de Conservação e espaços protegidos como ambientes de educação ambiental, engajamento comunitário e promoção da saúde única.	
Estabelecer contrapartidas ambientais obrigatórias em políticas que envolvam recursos públicos, garantindo que financiamentos e investimentos contemplem medidas compensatórias, como o plantio de vegetação em áreas urbanas, com implementação em nível municipal, estadual e federal para fortalecer a sustentabilidade e a recuperação ambiental.	CI27596
Destinar no mínimo 1% recursos da União, Estados e Municípios para criar e efetivar até 2030, Unidades de Conservação e áreas verdes urbanas, que contemplem no mínimo 30% do território de diferentes ecossistemas, identificando e restaurando ambientes degradados e suas funções, induzindo a permeabilidade do solo e promovendo o conceito de cidades esponjas.	CI37693
Instituir fundos para apoiar a criação e manutenção de reservas ambientais, públicas e privadas, implementar um plano de arborização e fomentar novas áreas verdes. Paralelamente, recuperar a mata ciliar, mapear as áreas alagadiças frequentemente ocupadas pelo extravasamento dos rios, proibindo aterramento e ocupação imobiliária, e desenvolver projeto emergencial de recuperação do complexo lagunar.	CI40795
Incentivar o uso sustentável dos recursos naturais da Mata Atlântica, como o butiá, o palmito juçara (açai), plantas medicinais, ornamentais e frutas nativas.	CM30349; CM32286
Implementar políticas públicas de desapropriação voluntária para realocar moradores de áreas de risco, adotando mecanismos que impeçam a reocupação, como reflorestamento para prevenir	CI38836; CI36325



erosão e assoreamento, recuperar a biodiversidade e fomentar a economia verde.	
Elaborar políticas públicas para iniciativas de associações de máquinas para suporte aos produtores nas execuções de projetos nas propriedades e incentivo fiscal; fomentar a valorização da agricultura familiar e feiras municipais; orientação técnica aos pequenos produtores quanto às legalidades das vendas.	CI22175
Criar fórum regional permanente para deliberar sobre políticas de implementação dos ODS.	CI28146

## EIXO TEMÁTICO V: GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Proposta	Código
Criar Políticas e Planos Municipais e Regionais de Educação Ambiental como política de Estado, com diretrizes curriculares, diagnóstico regional, formação inicial e continuada, formal e não-formal, em rede, com participação social. O programa de EA deve ser alinhado à Política Nacional do Clima, de forma intersetorial, transversal e multidisciplinar, seguindo diretrizes estaduais e federais.	CI37695; CI30920; CI31339; CI36182; CM33252; CI40797
Criar a comissão interinstitucional e intersetorial municipal de educação ambiental para estabelecer parâmetros, diretrizes, conteúdos, linhas de ação e outros elementos fundamentais relacionados às mudanças climáticas, incentivando programas corporativos de responsabilidade socioambiental alinhados a políticas públicas, promovendo cooperação entre governos empresas e organizações sociais.	CI28074
Determinar a obrigatoriedade da Educação Ambiental nos Planos Plurianuais municipais, regionais e estaduais e destinar recursos financeiros disponíveis (editais, multas, emendas, entre outras) para Editais de Chamamento e/ou Termos de Referência para projetos em Educação Ambiental contínuos, para estruturar e garantir a participação popular em conselhos e coletivos de educadores municipais.	CI37697
Integrar a educação ambiental no Plano Municipal de Redução de Riscos com capacitação na comunidade, especialmente em áreas vulneráveis, para práticas sustentáveis que aumentem a resiliência local com apoio dos órgãos ambientais e defesa civil.	CI27469
Fortalecer as estruturas de governança intermunicipal por região hidrográfica, com o objetivo de elaborar estratégias e garantir recursos para programas de educação ambiental integrada, visando a implementação do Plano Nacional para as Mudanças Climáticas.	CI28582

<p>Exigir, a partir de uma governança intermunicipal, que os municípios adequem seus planos diretores e setoriais ao plano nacional para as mudanças climáticas, alinhados às estratégias de educação ambiental e ao contexto de cada território, fortalecendo os espaços de governança pública.</p>	<p>CI28583</p>
<p>Promover a efetividade das políticas ambientais por meio de uma governança colaborativa, onde as ações públicas e privadas estejam alinhadas e sejam sustentáveis a longo prazo, evitando a criação de leis que não possam ser colocadas em prática.</p>	<p>CI27602; CI27605</p>
<p>Garantir, nos territórios municipais, a participação ativa das representações sociais em processos de diagnóstico local, sensibilização, capacitação e elaboração de planos de ação, visando a implementação de iniciativas organizadas e eficazes, com vínculo direto à Secretaria Estadual para coordenação e apoio.</p>	<p>CI28004</p>
<p>Criar um Comitê para Governança Climática, formado por poder público, sociedade civil, instituições de educação e setor privado, escolhidos por processo democrático dentre representantes da sociedade, incluindo a participação de crianças e adolescentes, com o objetivo de coordenar ações de mitigação, adaptação climática e monitoramento ambiental.</p>	<p>CM33253</p>
<p>Criar fóruns permanentes que integrem setor público e privado, com o objetivo de promover a educação ambiental e ações sustentáveis, com a certificação de selo ESG e ODS municipal, para avaliar a performance ambiental e de governança de empresas e órgãos públicos, incentivando mudanças comportamentais e alinhando ações locais às demandas globais de sustentabilidade.</p>	<p>CI28148</p>
<p>Criar eventos e fóruns permanentes de articulação, discussão e implementação sobre as políticas públicas ambientais, principalmente de saneamento básico com ênfase na coleta, destinação e logística dos resíduos sólidos.</p>	<p>CI40798</p>

Inserir nas páginas iniciais dos portais das prefeituras municipais informações sobre meio ambiente, com destaque para legislação, acionamento e contatos em casos de emergência climática, e fluxogramas para resposta a desastres. Essas informações devem estar na página inicial, com conteúdo básico e de fácil acesso para a população.	CI36327; CI38839
Incluir nas escolas, grupos e associações programas de educação ambiental continuada e com profissionais capacitados.	CI36326; CI38838
Incluir na grade curricular da Educação Básica a matéria Educação Ambiental com Alteração do Art. 10 da Lei nº 9.795/99 possibilitando e incentivando a criação da matéria específica escolar Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), além de incentivar a expansão da disponibilidade de curso de licenciatura em Educação Ambiental para disponibilização de mão de obra qualificada.	CI30921; CI31340; CI28073
Oferecer formação continuada em educação ambiental para profissionais da educação e demais servidores, bem como à comunidade em geral, abrangendo as esferas municipal, estadual e federal por meio de parcerias entre instituições de ensino, pesquisa e extensão e outros agentes regionais.	CI28147; CI27600; CI27604
Capacitar de forma continuada gestores e atores envolvidos na construção e execução de políticas de sustentabilidade, promovendo a intersectorialidade partindo de problemas e soluções em comum, e estabelecendo parcerias entre o poder público, iniciativa privada e sociedade civil, de forma própria e consorciada.	CI36183; CI27468
Criar Centro de Tecnologia, Capacitação e Formação de multiplicadores em práticas da agroecologia, permacultura, gestão de resíduos sólidos e reciclagem, produção de material didático, pecuária e pesca sustentável para uma gestão eficiente, duradoura e formadora.	CM30351; CM32288
Instituir Planos Regionais de infraestrutura hidrogeológica e florestais.	CI27994

<p>Integrar legislações ambientais com a capilaridade do sistema de saúde para prevenção, diagnóstico sobre causalidade e efeito de impactos ambientais sobre a saúde de populações socioambientalmente vulneráveis.</p>	<p>CI27998</p>
<p>Implementar obrigatoriamente boas práticas de eficiência energética em equipamentos e instalações públicas, como transporte público, transporte elétrico, compostagem, coleta seletiva, saneamento ecológico e programas de incentivos ambientais para a sociedade.</p>	<p>CM30352; CM32289</p>
<p>Implementar, via Planos Estaduais com escalas regionais, condicionantes e fundos de crédito para programas de readequações habitacionais em áreas de riscos, projetos urbanísticos e usos do solo para adaptação de populações vulneráveis.</p>	<p>CI27996</p>
<p>Executar a política nacional de redução e racionalização do uso de agrotóxicos fortalecendo a agricultura familiar de base agroecológica.</p>	<p>CI40799</p>

## CONSIDERAÇÕES

Este caderno de propostas reúne as contribuições oriundas das conferências municipais e intermunicipais realizadas em Santa Catarina, organizadas em cinco eixos temáticos. O material reflete o esforço coletivo da sociedade, servindo como base para a discussão e definição de propostas na Conferência Estadual que possam contribuir para a criação, revisão e consolidação de políticas públicas no estado.



**FLACSO**  
BRASIL



**UnB**

MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE E  
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO